



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Privilégio é lei:

Um estudo sobre o conceito de privilégio no discurso das
Siete Partidas e das Ordenações Afonsinas (séc. XIII-XV)

Géssika Mayumi Nakandakari Reis

Monografia de graduação
Brasília, Julho de 2013



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Privilégio é lei:
Um estudo sobre o conceito de privilégio no discurso das
Siete Partidas e das Ordenações Afonsinas (séc. XIII-XV)

Monografia apresentada ao
Departamento de História
do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade
de Brasília para a obtenção
do grau de bacharel em
História.

Orientadora:
Prof. Dra. Maria Filomena
Pinto da Costa Coelho

Géssika Mayumi Nakandakari Reis

RESUMO

O objetivo principal desta monografia de final de curso é analisar como o conceito de privilégio se configura no discurso jurídico das Siete Partidas e das Ordenações Afonsinas. Pretende-se entender os diferentes significados que o termo pode possuir na documentação selecionada de modo a compreender sua função na sociedade medieval ibérica. O privilégio é um tema pouco analisado pela historiografia, embora seja frequentemente mencionado quando se trata daqueles que estão no topo da hierarquia sociopolítica do medievo. Partindo da análise dos documentos, encontramos sujeitos privilegiados “atípicos”, verificamos qual a relação entre os privilégios e as leis gerais do reino, assim como analisamos a importância da honra para a determinação dos privilégios.

Palavras-chave: privilégios; Siete Partidas; Ordenações Afonsinas; Idade Média ibérica.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 5 |
| Capítulo I – A historiografia do privilégio | 8 |
| Capítulo II – O privilégio e a lei | 17 |
| Capítulo III – O privilégio e a honra | 28 |
| Conclusão | 34 |
| Referências | 37 |

Introdução

Esta monografia é fruto de um estudo que começou no grupo de pesquisa de iniciação científica, "O modelo corporativo nas *Ordenações Afonsinas*", coordenado pela profª Maria Filomena Coelho, na Universidade de Brasília (UnB). Como pesquisa de História, seu objetivo era estudar as lógicas da sociedade corporativa no discurso jurídico das *Ordenações Afonsinas* e, ao analisar esse *corpus* documental sob um novo ponto de vista, perceber as maneiras pelas quais a própria fonte e seu texto se constroem.

As *Ordenações* são muito usadas como fonte tanto por acadêmicos do direito quanto da história, mas em geral são abordadas sem grandes preocupações em se entender sua lógica como um todo, pois tende-se a utilizá-las para responder a questões concretas. Considerando a extensão deste código medieval, essa abordagem “utilitarista” é até compreensível, uma vez que a leitura da totalidade dos livros das *Ordenações* supõe grande dedicação. Entretanto, o esforço empreendido por aquele grupo de iniciação científica foi justamente o de ir contra a corrente e de encarar o desafio de entender aspectos específicos das *Ordenações*, mas sem perder de vista o todo, ao mesmo tempo em que eram debatidos, em grupo, os resultados que se iam alcançando.

Foi nesse contexto de pesquisa, que cheguei ao tema dos privilégios que, embora apareça na historiografia que aborda a organização da sociedade medieval, não chega a constituir verdadeiramente um objeto de estudo, de maneira muito definida ou aprofundada.

Todavia, entender as diferentes compreensões que se tinha do privilégio no cenário social, político e jurídico medieval requer um texto doutrinário mais complexo do que o fornecido pelas *Ordenações*. Embora elas apresentem descrições extensas da natureza de suas leis, as *Afonsinas* foram concebidas para serem aplicadas no cotidiano. Assim, escolhemos como suporte de diálogo, um código medieval com objetivos pragmáticos parecidos, mas que possuía um conteúdo mais próximo do doutrinal: as *Siete Partidas* de Alfonso X, o Sábio. Aliando estes dois *corpora* como fontes primárias para a pesquisa foi possível ter uma visão mais ampla sobre o que se entendia como privilégio na baixa Idade Média peninsular.

As leis correspondem aos padrões mentais daqueles que as fizeram, e podem servir para estudar a cultura política de um povo. Nesse cenário, o modelo da sociedade corporativa configura-se como norte para analisar o papel que os privilégios desempenhavam em Portugal e Castela na baixa Idade Média.

Investigar a estrutura sócio-política da Península Ibérica medieval, norteados por um modelo corporativo de sociedade, significa seguir uma vertente historiográfica que vem se popularizando cada vez mais no Brasil, em Portugal e na Espanha. Trata-se de compreender a organização do mundo através de uma metáfora corporal, a qual determina que cada um deve desempenhar sua função, tal como os órgãos do corpo humano, para garantir o próprio funcionamento do corpo social e político do qual faz parte. Assim, nasce um entendimento da configuração do poder político medieval ibérico distinto daquele que enxerga nele um poder precocemente centralizado. Um dos principais historiadores que defendem este ponto de vista sobre a sociedade ibérica durante as Idades Média e Moderna é o português António Manuel Hespanha, cuja obra foi essencial para embasar esta monografia.

O modelo corporativo apresenta-se como configuração socio-política, uma noção de como a sociedade deveria funcionar, que perpassa a mente daqueles que compõem o tecido social. Assim, a cabeça política do grande corpo metafórico (*macrocosmos*) seria o monarca, o qual recebe esta honra da própria divindade. Ele seria o representante terreno da justiça celestial que mantém todos os outros pequenos corpos (*microcosmos*) que compõem aquela sociedade e que possuem funções tão importantes quanto as do rei (além de possuírem suas próprias cabeças, líderes internos que os representam no cenário político).

Ao contrário do que se possa pensar, uma sociedade de tipo corporativo não é harmoniosa. Ela está sempre em busca do acordo entre as partes, pois se consolida através de pactos. Quando eles não dão certo, o monarca é o árbitro último de suas contendas, exercendo seus poderes para promover a paz entre os homens. Para isso existe o direito, pois muitos dos componentes do tecido social, como partes funcionais e não meros súditos de Sua Majestade, possuem direitos particulares. Eles estão organizados em hierarquias e os seus estatutos dão-lhes um direito peculiar às suas condições. É neste quadro que se encaixam os privilégios. No senso comum, eles aparecem como fator diferencial para qualquer categoria, como se fossem regalias que as pessoas possuíam. Em geral, costumam aparecer como armas contra o poder monárquico, mas eles são muito mais do que isso. Deve-se então refletir sobre seu papel na estrutura legal medieval de Portugal e Castela.

O principal objetivo desta monografia, portanto, é refletir sobre o significado do termo privilégio dentro dos dois códigos escolhidos para estudo. Desta forma, pretende-se consolidá-lo como uma palavra que vai além do que entendemos comumente, abordando-o como um conceito, tal como Reinhart Koselleck sugere em sua obra *Futuro Passado*. Acreditamos que existe uma complexidade que passa despercebida devido à naturalidade com

que o termo privilégio é entendido. Por este motivo, organizamos este trabalho em três capítulos. No primeiro, discutiremos as significações comumente dadas à palavra privilégio e como ela é abordada pela historiografia. O segundo trata do relacionamento entre privilégio e a lei em seus mais diversos aspectos, inclusive sobre como aplicar o direito comum sobre os privilegiados e qual o tratamento que lhes é dado. O terceiro e último capítulo lida com as pessoas honradas, aquelas que normalmente se entende como privilegiadas, tais como nobres, reis e o clero.

CAPÍTULO I

A historiografia do privilégio

“Este templo está hecho segun el gusto del tiempo em que se construyó: los adornos son de aquel siglo; pero la obra con esta marca que no la desonra, sino que más bien realza su mérito, tiene en si misma la inmortalidad.”¹

A palavra privilégio aparece com frequência quando se trata da Idade Média e Moderna, mas são poucos os estudos centrados nesse tema. A maioria dos trabalhos historiográficos não parece considerar que a palavra suponha algum tipo de complexidade, que exija maiores explicações. Um termo cujo significado todos sabem. Para compreender melhor como a palavra é usada, adotaremos a seguinte metodologia: 1) num primeiro momento, através da análise de como a palavra é utilizada por alguns historiadores que são referências para a historiografia ibérica, pretendemos apreender uma perspectiva geral da historiografia sobre o assunto; 2) Ao fim deste processo, será possível comparar estas informações com o que pudemos observar nas *Ordenações Afonsinas* e nas *Siete Partidas*, e entender como o termo se constitui em conceito nesses dois códigos, de que maneira ele é significado dentro do seu contexto discursivo.

Geralmente associada às ordens superiores, é normal encontrar a palavra “privilégio” em frases simples e sem maiores explicações. De maneira ampla, é um termo que parece estar associado à estrutura da sociedade. Nos mais variados livros sobre a história de Portugal, basta procurar seções sobre a organização societária portuguesa para encontrar menções a privilégio(s). É dentro desta pauta que, por exemplo, António Sérgio escreve em sua *Breve interpretação da História de Portugal* sobre “As classes”, ou seja, “O rei, o clero, a nobreza.”. Para ele, “o clero é classe privilegiadíssima”, sendo que “os bispos gozam, além de privilégios eclesiásticos, os dos grandes senhores”². Não há menções de outros privilegiados, mas podemos inferir que a nobreza também se insira neste quadro e, segundo o ponto de vista do autor, isto não parece lhe trazer nenhum mérito.

¹ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas*. Madrid: La Imprenta Real, 1807, p. III

² SOUSA, António Sérgio de. *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981, p. 16.

As terras da nobreza e do clero eram <<isentas>>, isto é, não pagavam impostos. (...) Um dos grandes males da nação foi que a fidalguia (...) não exerceu um verdadeiro papel civilizador – um papel de direcção e protecção dos seus povos – antes se fez parasita do povo e do Poder Central. Os maus efeitos deste vício sentem-se ainda hoje no país.³

Suas alfinetadas não param por aí. Para ele, o direito de jurisdição dos nobres “nas <<terras>> limitava muito a acção do rei, com prejuízo do povo”, mas “os soberanos pouco a pouco conseguem se impor”⁴. Aqui os privilégios existem em detrimento do todo, algo que prejudica aqueles que não são privilegiados.

Com um tom menos incisivo, Armindo de Sousa dedica toda uma secção de sua contribuição à obra, *História de Portugal*, para explicar como o clero gerencia seus privilégios durante os séculos XIV e XV. Sousa procura demonstrar que a clerezia, quando sob a ameaça da perda de seus privilégios, não media esforços para impedir que isso acontecesse:

A tática é nunca largar mão das isenções, das competências, dos privilégios, das jurisdições; e, perdidos alguns ou minguados outros, nunca abdicar deles nem deixar, por falta de luta, que as perdas e diminuições se transformem em direitos adquiridos do poder secular. E sempre em nome de quê? Do bem comum, do serviço d’el-rei, do proveito da terra? Não. Isso são motivos dos monarcas, dos povos e, embora com menor insistência, dos fidalgos também. São motivos nacionais. O clero move-se noutros parâmetros: o bem da Igreja-Cristandade, o sentir do papa, o direito canónico.⁵

Neste caso, o mérito incidiria sobre argumentos que protejam aquilo que se caracteriza como nacional, pois a construção da nação portuguesa é um tema importante nos seus estudos. Portanto, é uma “ironia da história” o clero ter sido visto como reacionário ao usar argumentos “que hoje, *mutatis mutandis*, a Europa diz progressistas”⁶. Mesmo aparecendo como um grupo coerente e coeso nas atas das Cortes, que ele analisa, as motivações da clerezia não poderiam ser classificadas como nacionais. “Esta gente viveu de honras e soberbas (...) alimentou entre si conflitos e discórdias, mas, agredida ou contrariada do exterior, soube formar ala coesa e ser estado dentro do Estado, *ad maiorem Dei gloriam*

³ *Ibidem*, p. 17.

⁴ *Idem*.

⁵ SOUSA, Armindo de. 1325-1480. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal*. Vol 2. Lisboa: Estampa, 1998, p. 437.

⁶ *Ibidem*, p. 438.

sempre”⁷. De acordo com Armindo de Sousa, o privilégio faz parte da vida destas pessoas e elas o defendiam e usavam como arma política para não perderem influência dentro daquela estrutura societária, ganhando assim coesão como grupo.

José Mattoso, outro importante historiador do medievo português, também entende que o privilégio faz parte de um jogo político, onde os atores usam os ganhos, as perdas e a manutenção de privilégios para lutarem por seus lugares na hierarquia social. Tal noção apareceria de maneira mais clara com relação à nobreza, pois “as bases da superioridade social estão no sangue, na força das armas, no poder económico, e na autoridade sobre outros homens”⁸. Quando ele define as terminologias que designam os privilegiados, os termos em latim que aparecem são sobretudo utilizados para determinar membros da nobreza: “*infanzones, filii benenatorum, boni homines, nobiles, barones, procures, maiores palatii, milites, cabalarii, domni, seniori.*”⁹.

Em sua obra, *Identificação de um País – volume I: oposição*, constatamos que entre os títulos dos capítulos, a palavra privilégio aparece uma única vez, ligada aos cavaleiros. Obviamente, não é a única vez que o termo é utilizado no livro, mas é sintomático que apareça como título somente em um apartado dedicado à nobreza. Neste pequeno segmento, Mattoso discorre sobre como os cavaleiros tentavam manter seu status na sociedade portuguesa através de privilégios similares aos da nobreza dos infanções, uma categoria superior. “A sua superioridade tinha, portanto, de ser sublinhada por sinais de respeitabilidade” já que o lugar de um cavaleiro era “eminente na sociedade”¹⁰. Da mesma maneira, eles jogavam com seus privilégios, impedindo “que os nobres pudessem habitar no concelho, a não ser que renunciassem a exercer nele os seus privilégios senhoriais”¹¹. Fica óbvio que, para Mattoso, privilégio é, antes de qualquer coisa, sinónimo de superioridade.

Na mesma linha de pensamento, Renata Cristina Sousa Nascimento estuda a nobreza no século XV, e usa o termo privilégio numa perspectiva similar à dos autores anteriores. Sua maior preocupação é entender como os nobres se comportavam nessa época, e destaca que seria possível perceber uma recusa renitente de obedecer àquilo que era definido

⁷ *Ibidem*, p. 440.

⁸ MATTOSO, José. 1096-1325. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Estampa, 1998, p. 172.

⁹ *Idem*.

¹⁰ MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Estampa, 1995, p.356.

¹¹ *Ibidem*, 357.

por lei. Em geral, a autora detalha as maneiras pelas quais a nobreza se utilizava dos privilégios para ir contra as ordens do rei¹².

Em outra direção, e fazendo uso de uma perspectiva de longa duração - tal como definida por Fernand Braudel¹³ - António Manuel Hespanha aponta em seu texto, *A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos séculos XVI a XVII*, o fator de distinção social que o privilégio possuía. “O sentido das classificações jurídicas (as qualificações) é descrever uma situação de facto (*Tatsbestand, fattispecie*) para lhe fazer corresponder uma consequência jurídica (neste caso, um privilégio, uma isenção).”¹⁴. Analisando diversos códigos medievais e modernos, entre eles as *Siete Partidas* e as *Ordenações Filipinas*, ele destaca que geralmente era mais importante provar que não se era plebeu ao mostrar que se detinha um privilégio do que provar que se fazia parte da nobreza. O privilégio é apresentado dentro de um contexto jurídico classificatório.

Já Luiz da Silva Pereira, autor do livro, *Privilégios da nobreza e da fidalguia de Portugal*, ainda no século XIX, aponta uma perspectiva modelar do privilégio dos nobres. A hierarquia para ele se constitui em “Epithetos da Nobreza, e da Mecanica para se distinguirem huns dos outros no curto intervallo, que separa o primeiro do ultimo periodo da vida”¹⁵. Nesta obra, a preocupação é compilar os privilégios possuídos pelos nobres em diversos códigos. Assim, “a elles [nobres] de justiça, e recompensa são concedidas em toda parte do Mundo culto muitas excellencias, honras, e isenções”¹⁶, sendo que, “o primeiro privilegio, ou distinção consiste na denominação *de Nobre*, que compete privativamente àquelle que for do Gremio da Nobreza”¹⁷. O privilégio aqui decorre da própria natureza de ser nobre, pois eles “são o apoio da Soberania, as columnas do Estado, e os braços vingadores da honra da Nação”¹⁸.

Outros autores não se detêm muito nos privilégios, mencionando-os como posses ou meros adjetivos. Grande ícone da historiografia portuguesa no século XIX, Alexandre

¹² NASCIMENTO, Renata Cristina Sousa. Os privilégios e os Abusos da Nobreza em Portugal em um período de transição: O Reinado de D. Afonso V (1448-1481) - Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/RenataCristinadesousanascimento.pdf>> Acesso em: 10 mai 2013.

¹³ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 41-78.

¹⁴ HESPANHA, António Manuel. A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos séculos XVI a XVII. In: HESPANHA, António Manuel (dir.). *Revista Penélope: Fazer e desfazer a história*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993, nº 12, p.29.

¹⁵ OLIVEIRA, Luis da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza e da fidalguia de Portugal*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806, p. 2 Disponível em: <<http://books.google.com.br/books/reader?id=YXZPAAAcAAJ&hl=pt-BR&printsec=frontcover&output=reader&pg=GBS.PR3>>. Acesso em: 10 mai 2013.

¹⁶ *Ibidem*, p. 120.

¹⁷ *Ibidem*, p. 122.

¹⁸ *Ibidem*, p. 120.

Herculano não procura definir ou problematizar o privilégio em sua narrativa corrida da *História de Portugal*, embora não o negligencie e pontue sua existência com abordagens esporádicas. José Manuel Garcia, tributário de Mattoso, em seu livro *História de Portugal: uma visão global*, segue a estratégia de Herculano. Apesar de apresentar uma observação breve, quanto à existência de diferentes “estatutos ideológicos, jurídicos e sociais” subjacentes dentro da simples definição dos “três grandes agrupamentos de pessoas – o clero, a nobreza e o povo”¹⁹, não se detém muito no assunto. Menciona apenas que a nobreza possuía privilégios e grande capacidade de influência junto ao rei, e que administrava grandes extensões de terras.

Estes são apenas alguns dos autores que se debruçaram, mesmo que brevemente, sobre a noção de privilégio. O tema aparece nas obras dos mais diversos estudiosos, sejam eles historiadores ou não. Em geral, é usado como um degrau para abordar outros assuntos (como a nobreza ou o clero, por exemplo). Para pintarmos um retrato mais complexo do privilégio, pretendemos analisar esta palavra sob uma outra perspectiva, para tentar captá-la como conceito, em seu contexto discursivo. Reinhart Koselleck define os conceitos como “vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados”²⁰. Para tanto, não ignoraremos tudo o que foi dito até agora sobre o assunto. É importante ponderar sobre todas as abordagens averiguadas e, na medida do possível, tentar explicar porquê são construídas. Para tanto, será necessário analisar a palavra num contexto discursivo sincrônico, de modo a entender como nós contemporâneos a significamos; assim como sob um ponto de vista diacrônico, tentando analisar a significação que o termo adquire no discurso medieval.

Existem pequenas variações na utilização da palavra, dependendo do que cada um desses historiadores pretende apresentar como tema central de seus estudos. A obra de Alexandre Herculano é importantíssima na historiografia de Portugal, pois, entusiasta do romantismo, escreveu ainda no século XIX uma coleção sobre a história nacional, consagrada até hoje. Nela, narra fatos históricos de uma maneira quase romanceada, e sua obra tornou-se muito popular e influenciou toda uma geração de historiadores. António Sérgio era conhecido por ter posturas políticas muito claras quanto à sociedade portuguesa e seu momento político. Era um dos opositores do regime de Salazar, o que talvez explique a visão negativa que apresenta sobre a existência de privilégios na sociedade medieval: promovem a nobreza em

¹⁹ GARCIA, José Manuel. *História de Portugal: uma visão global*. Lisboa: Presença, 1983, p. 63.

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006, p. 109.

detrimento do povo. Para um socialista, naquele contexto autoritário do século XX, isto era inaceitável.

Armindo de Sousa faz parte de uma tradição historiográfica que busca as origens de Portugal como nação, a partir da Idade Média. José Mattoso é o principal responsável pela renovação desta perspectiva, sendo considerado um dos maiores especialistas da história medieval portuguesa, ainda vivos. Ele opôs-se à tese de outro historiador clássico, também medievalista, Oliveira Marques, que negava a existência do feudalismo em Portugal. Para Mattoso, é o próprio monarca (senhor-rei), que na primeira dinastia, a de Borgonha, promove as lógicas feudais. Entretanto, a progressiva centralização do poder político na figura do monarca, seria também o germe do Estado-nação, em um longo processo que teria começado com Afonso Henriques e se consolidado na figura de Afonso II, no século XIII. Fica clara a preocupação destes autores com a nação e as lutas monárquicas contra a nobreza ou o clero. Renata Cristina de Sousa Nascimento demonstra a mesma preocupação, assim como José Manuel Garcia e muitos outros especialistas no assunto.

A tese da centralização precoce do poder na pessoa do rei português, durante a Idade Média, nasce de uma visão que atribui a Portugal uma situação excepcional dentro da Europa. O reino ter-se-ia transformado em monarquia absoluta antes de todas as outras, a grande nação inovadora em termos desse modelo político. É com base nessa certeza que muitos teóricos analisam as *Ordenações Afonsinas*, ou mesmo as *Siete Partidas* (no universo político de Castela), como evidências exitosas de concentração do poder nas mãos do rei.

Entretanto, na Espanha e em Portugal, outra corrente historiográfica vem ganhando força, baseada no modelo corporativo de organização da sociedade. Um de seus maiores expoentes, para Portugal, é António Manuel Hespanha, que resgatou um viés defendido pela “‘escola corporativa’, à qual aderiu uma boa parte da historiografia europeia do período de entre as duas grandes guerras”²¹. Depois deste período, as fortes críticas aos seus excessos e a aversão dos marxistas a muitas de suas explicações, tornaram menos atrativo o seu aparato teórico-metodológico. Quando o interesse pela história das mentalidades ganhou força, a análise das formas institucionais, sociais e econômicas da organização e suas matrizes mentais recuperou destaque. Entender o sistema social da época que estudamos e como a sociedade se compreendia, torna-se crucial. O modelo político passa

²¹ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: Instituições e poder político em Portugal – Séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 298.

ser visto como um “auto -referencial”, legitimando e sendo legitimado pela estrutura em que se insere²².

Dentro de uma organização corporativa da sociedade, cada parte desempenha uma função específica para que o todo funcione na mais perfeita ordem. Hespanha aponta que “o poder político aparecia disperso por uma constelação de polos relativamente autônomos, cuja unidade era mantida, mais no plano simbólico do que no plano efetivo, pela referência a uma ‘cabeça única’”²³. Assim, dentro do universo político medieval, a estruturação social acontecia de forma semelhante a um corpo. Nele, o rei apresentar-se-ia como cabeça, coração e alma do reino. Seguindo esta lógica, podemos atribuir partes do corpo a outros setores da estrutura social.

Nieto Soria, medievalista espanhol, outro adepto desta corrente historiográfica, escreve que uma das ideias que rege toda a ideologia corporativa é a “de que cada um está predestinado a ocupar um lugar concreto”²⁴. Era uma organização que transcendia a individualidade das pessoas que a compõem, pois inseridas no corpo, exercem funções particulares que ao se juntarem mantêm o funcionamento do todo. Tal sistema é construído e artificial, uma tecnologia política feita para ordenar o universo mental daquele grupo. Por este motivo, Hespanha pontua sua maior efetividade no plano simbólico, que precisa depois ser analisado no plano efetivo, para ver de que forma os dois níveis se articulam.

O entendimento do termo "privilégio" está essencialmente ligado à estrutura da sociedade. Ao se pensar o termo dentro de um contexto de cultura política, que para Kuchnir e Carneiro trata-se de um “conjunto de crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia.”²⁵, fica claro que a maneira como ele era entendido no medievo, é diferente da de hoje. Até mesmo em razão do sistema político adotado, muito distinto do nosso. Por este motivo, o modelo de sociedade que os medievais percebem na sua realidade, é um fator crucial para a forma que eles dão ao privilégio. Este raciocínio aplica-se também aos historiadores que, frequentemente, partem de seus modelos contemporâneos para explicar os conceitos medievais.

²² *Ibidem*, p.298-299

²³ *Ibidem*, p. 297.

²⁴ NIETO SORIA, José M. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XIV)*. Madri: Ed. Universidad, 1988, p.92. Tradução livre.

²⁵ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Revista de Estudos Históricos*. Vol. 13. nº 24. Rio de Janeiro, 1999, p.227.

Assim, constatamos que a compreensão dos historiadores não difere das definições do dicionário:

Privilégio. [Do lat. *privilegiu*] *S.m.* 1. Vantagem que se concede a alguém com exclusão de outros e contra o direito comum. 2. Permissão especial. 3. Prerrogativa, imunidade. 4. Dom, condão. [Cf. *privilegio* (sic), do v. *privilegiar*].²⁶

Do latim *privilegium*, esta palavra é uma junção de *privatus* e *legium*, formando a noção de uma legislação privada. Em Roma, ela já possuía o sentido de exclusão dos comuns. Hoje, partimos do pressuposto de que todos os seres humanos nascem com direitos iguais e parece uma aberração jurídica dizer que alguns deles possuem privilégios. Nasce daí o sentido de ir “contra o direito comum” e o tom pejorativo que se associa ao termo.

A realidade jurídica medieval era claramente hierarquizada, pela qual todos nascem com estatutos diferentes e os que estão no topo da pirâmide possuem mais direitos do que os que estão em sua base. Se pensamos nesse modelo político como uma monarquia absoluta onde o rei estaria sempre procurando minar os poderes da aristocracia, o privilégio serviria como uma arma para que esta se defendesse contra as investidas do poder régio. Assim, não faria sentido que os monarcas prosseguissem numa política de conceder privilégios à nobreza; quando isso ocorre, os historiadores adeptos da corrente centralista diagnosticam a fraqueza do monarca. Entretanto, para os historiadores adeptos de uma explicação baseada no modelo político corporativo, os privilégios nascem da própria natureza daqueles que os possuem. Para que exerçam sua função na sociedade precisam de direitos que lhes permitam cumprir seu papel.

Quando se entende o privilégio como algo que vai contra o direito comum parece difícil aplicar as leis do reino aos privilegiados. Pretendemos estudar essas leis “privadas” de uma forma diferente, tentando entender a razão de sua existência e as lógicas em que se inserem. A importância de estudar um corpus documental de natureza jurídica é que nele reside um modelo de como a sociedade vê a si mesma. É um dos caminhos pelos quais podemos analisar a cultura política de um tempo e/ou povo da maneira como este conceito é proposto por Kuchnir e Carneiro. As distinções sociais são construídas (também) pelo direito, como acontece até a instauração da igualdade dos cidadãos perante a lei²⁷. Claro, existem os questionamentos quanto à prática das leis implantadas pelos mais diversos códigos. Muitos

²⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1972, 1ª edição, p. 1139.

²⁷ HESPANHA, António Manuel. *A Nobreza nos Tratados Jurídicos... Op. Cit.*, p.27.

historiadores questionam a capacidade coercitiva do direito e classificam seu interesse como marginal. Todavia,

o estatuto discursivo dos textos jurídicos potencia enormemente a sua disseminabilidade social. Por um lado, os textos jurídicos traduzem, de forma compactada, aforística, compreensões (teológicas, filosóficas, éticas) muito elaboradas da sociedade. Por outro, fornecem normas e esquemas classificativos claros e nítidos. Finalmente são actuados com um forte envolvimento cerimonial e litúrgico que aumenta seu impacte <<educador>>.²⁸

Buscamos entender como o privilégio era utilizado e determinado em Portugal e na Castela medievais através de uma análise da trama discursiva de dois *corpora* jurídicos: as *Ordenações Afonsinas* e as *Siete Partidas*.

Nas *Siete Partidas* o privilégio é definido como “ley apartada que es fecha señaladamente por honra e por pro de algunos homes ó lugares, et non por todos comunalmente”²⁹. O direito comum existe e o privilégio é diferente dele, mas em nenhum momento eles aparecem como opostos. É somente através da honra que se recebe o privilégio, qualidade esta que faz parte dos estatutos mais altos e que se opõe diretamente à vergonha. Ele faz justiça à situação de cada grupo societário que privilegia. Nas *Ordenações Afonsinas*, o termo aparece de uma maneira mais esparsa, geralmente delimitando e regulando privilégios. Desta maneira, relacionaremos o assunto com dois temas que entendemos como cruciais à compreensão de como o privilégio funciona nestes dois documentos: lei e honra.

²⁸ *Idem.*

²⁹ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas... Op.Cit*, vol. 1, p. 371.

CAPÍTULO II

O Privilégio e a Lei

Privilégio e lei são duas palavras que andam sempre juntas. Afinal, o privilégio, como explicamos no capítulo anterior, constitui uma "lei privada". *Privatus Legium*. Quando entendido como lei que vai contra o direito comum, a palavra toma o significado de exceção. Neste sentido, os privilegiados aparecerão como aqueles que escapam à aplicação das leis comuns, nas áreas em que são beneficiados. Como entender essas pessoas no medievo, onde o privilégio era um fenômeno corriqueiro na vida jurídica e política? Em que situações eles estariam sujeitos à lei? Neste capítulo, por meio de alguns títulos das *Ordenações Afonsinas* e das *Siete Partidas*, tentaremos entender o sentido que a palavra privilégio adquire nesses contextos discursivos.

A lógica que embasa ambos os códigos é distinta. As *Ordenações Afonsinas* são fruto de um esforço compilatório de leis do reino português, que foram escritas durante vários reinados. Muitas dessas normas foram apresentadas em reuniões de Cortes, realizadas até o momento da conclusão da obra, no século XV, durante o reinado de Afonso V. Isto dá ao documento uma natureza peculiar, pois mostra que muitas das regras ali estabelecidas surgiram de demandas concretas dos súditos a Sua Majestade. Os fins eram pragmáticos e as *Ordenações* deveriam orientar a decisão dos juízes ao auxiliá-los na resolução de casos, ao reunir as mais diversas leis e costumes em um único *corpus*. Sua organização é sobretudo casuística. Entretanto, devido à maneira como estão redigidas, na qual sobressai a voz do monarca como legislador, é comum que a historiografia utilize as *Ordenações* como evidência da formação precoce de um Estado-Nação português no período medieval, ou seja, da centralização do poder.

Já as *Siete Partidas* foram redigidas no século XIII, bem antes das *Ordenações*, e compilam as Leis de Castela, no reinado de Alfonso X, o Sábio. Foram extensivamente usadas, a exemplo da edição consultada para esta monografia, editada pela *Real Academia de la Historia*, no século XIX, para uso de juízes espanhóis ainda na contemporaneidade. Até onde se sabe, esse código foi escrito em um período de mais ou menos nove anos, sob o reinado de um único monarca, o que já o torna diferente das *Ordenações*. As *Partidas*, embora tenham um intuito legislativo e não doutrinário, apresentam vastas explicações conceituais do que significa lei, justiça, benefício, privilégio e outros assuntos. Ao contrário

das Ordenações, a leitura das Partidas não exige um trabalho dedutivo quanto aos significados, embora as definições sejam bastante filosóficas.

Nesses dois *corpora* jurídicos a lei pressupõe a existência de privilégios e, portanto, trata de ordená-los. O próprio registro desta palavra em títulos, deixa claro que se tratava de uma noção sobre a qual a legislação precisava se manifestar. Mas, antes de nos debruçarmos propriamente sobre o privilégio, é ainda preciso saber como devemos entender o papel da lei na Península Ibérica na Idade Média. Hoje, estamos acostumados a atribuir diferentes acepções à palavra "lei". Seu verbete do dicionário é bastante extenso, permitindo uma vasta gama de interpretações: desde normas científicas a cânones religiosos. O sentido dicionarizado mais comum, inscrito na legislação, segue a ideia de uma "regra de direito ditada pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter, numa comunidade, a ordem e o desenvolvimento"³⁰.

Entretanto, as *Partidas* definem "lei" como:

*leyenda, en que yace ensinamento et castigo que liga et apremia la vida del home que non faga mal, et que muestra e enseña las cosas que home debe facer e usar: et otrosi es dicha ley porque los mandamientos della deben ser leales, et derechos et complidos segunt Deus et segunt justicia.*³¹

O significado atual também diz respeito a normas propostas para manter a ordem de uma comunidade, e comporta o sentido de "obrigações impostas pela consciência e pela sociedade"³² e continua possibilitando uma vasta interpretação. Para a noção de lei na contemporaneidade, no Estado laico, é paradoxal relacionar o conceito com a vontade de Deus. Mas o sistema jurídico medieval não possui essa restrição, e adota regras relacionadas à religião como parte essencial de suas leis. É muito difícil dissociar o âmbito religioso da legislação secular, mesmo que o sagrado supusesse também uma jurisdição distinta. Ao mesmo tempo, o sentido contemporâneo do que é justo aparece sempre de uma maneira bastante vaga, pois depende do referencial. É uma noção metafísica.

No que compete à "justiça", as *Partidas* também nos dão uma significação bastante concreta:

³⁰ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1972, 1ª edição, p.827

³¹ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas...* Op. Cit., vol.1, p.14

³² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa...* Op. Cit., p.827

Justicia es una de las cosas por que mejor et mas enderezadamente se mantiene el mundo, et es asi como fuente onde manan todos os derechos;(...). Raigada virtud es la justicia segunt dixeron los sabios, que dura siempre en las voluntades de los homes justos, et da et comparte a cada uno igualmente su derecho.³³

Ser justo é dar a cada um o que lhe é de direito. Da mesma maneira que "cada um está predestinado a ocupar um lugar concreto"³⁴ na sociedade, a ideia de que cada um deve receber o que é de justiça se encaixa dentro de uma lógica de funcionamento corporativa. Assim, fica claro que o modelo político castelhano proposto pelas *Partidas* é de natureza corporativa. Suas leis são feitas "a servicio de Dios et á pro comunal de todos". Também no reino português, o "Senhor Rey" Dom João, para começar o esforço de criação das *Ordenações Afonsinas*, foi "movido per feu (...) zelo de justiça, confirmando principalmente o Serviço de DEOS"³⁵. O rei não se apresenta como uma autoridade estatal que legisla sobre os demais, mas sim como uma pessoa nomeada por Deus para garantir a justiça na terra. Como todas as outras partes do corpo, a cabeça apenas exerce sua função no todo, e a justiça, assim como o respeito a Deus, é essencial para entendermos como funcionam as leis na Península Ibérica medieval.

Além de tudo, as leis servem de "leyendas", palavra castelhana que, tal como "lei"³⁶, deriva do verbo latino *legere* que significa "ler". Podemos traduzir literalmente como "legenda", a exemplo das que servem de referência para o entendimento de mapas e imagens. Assim eram tratadas as leis no medievo. Até certo ponto, funcionavam como uma espécie de gramática legal: um documento a que se recorria quando existia necessidade. Exatamente como fazemos com as legendas. Devido à natureza casuística da legislação medieval e sua vasta quantidade de jurisdições, o direito medieval possuía uma flexibilidade única. Esta

não decorria apenas da pluralidade de ordens normativas e do caráter aberto e casuístico da sua hierarquização. (...) Na verdade, as normas jurídicas, as máximas doutrinárias e as decisões judiciais constituíam as regras da vida cotidiana. Normalmente, elas cumpriam bem seu papel. No entanto, elas não constituíam critério último de normação. (...) a lei que Deus imprimira na natureza (...) para os seres humanos, também o direito

³³ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas...* Op. Cit., vol. 2, p.350.

³⁴ NIETO SORIA, José M. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XIV)*... Op. Cit., p.92. Tradução livre.

³⁵ *Ordenações Afonsinas...* Op. Cit., vol. I, p. 1-2

³⁶ Podem-se encontrar informações de que esta palavra deriva tanto de *ligare* (ligar) quanto de *legere* (ler).

positivado (...) instituíra uma ordem razoavelmente boa e justa para as coisas humanas.³⁷

Desta forma, "reconhece-se a lei como um enquadramento legítimo para regular a vida da sociedade, o que não quer dizer que ela deva ser executada de maneira matemática. (...) isso denota uma relação com a lei que não é totalizante"³⁸, pois as regras foram escritas pelos homens. O entendimento destas normas é essencial para o bom funcionamento da sociedade, pois "el que leye las escripturas e non las entende, semeja que las menosprecia".

Com isto, o privilégio pode ser entendido como um tipo de lei, mas precisamos compreender como e por que ele existe. Que tipo de ordem ele procura denotar e manter? Ao analisarmos a totalidade do sumário dos títulos das *Siete Partidas*, constatamos que a palavra privilégio aparece uma única vez. Por outro lado, nas *Ordenações* pudemos encontrar o termo em quatorze títulos, dentre os quais selecionamos alguns para fazer uma análise mais detalhada. Dez³⁹ destes títulos são do segundo livro, o tomo que trata das leis que regulam o reino (em especial as que normatizam a conduta religiosa) e os oficiais que o administram. Os outros quatro⁴⁰ pertencem ao terceiro livro, que trata da realização e execução da justiça.

Quem são estes privilegiados, em que áreas e por que motivos recebem privilégios? Cremos que este é um aspecto importante que nos ajudará a entender a extensão dos significados desta palavra, por meio do perfil dos detentores destas “leis privadas”. Para tanto, utilizaremos o quarto título do terceiro livro das *Ordenações*: “*Dos que podem trazer feus Contendores aa Corte per razão de feus Privilegios*”. Em seus dois primeiros parágrafos somos apresentados a uma série de grupos que, "segundo achamos pelas Hordenações Antigas

³⁷ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia*. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2005, p. 175.

³⁸ COELHO, Maria Filomena. Justiça, norma, ordenamento e os manuscritos medievais da Península Ibérica. In: FONSECA, C.; RIBEIRO, M. E. *Instituições, cultura e poder na Idade Média ibérica*. Brasília: PEM-UnB, 2007, p. 208.

³⁹ “**XXIII** – Dos privilegios dados aos cafeeiros das Igrejas, e Moefteiros, em que forma fe ham de dar”; “**XXXVIII** – Que Raynhas, e os Iffantes nom dem Cartas de Privilegios a nenhuãs pessoasi”; “**XXXV** – Que o privilegio da exençom dado ao morador da terra nom faça prejuízo ao Senhor della”; “**XXXVI** – Que as herdades novamente gaançadas per ElRey nom fejaõ incorporadas com os Rengueengos, nem gouvam de feu privilegio”; “**LVI** – Dos que teem Herdades nos Regueengos, e moram fora delles, que nom gouvão do Privilegio dos Reguengueiros.”; “**LXX** – Que os Judeos nom gouvam do privilegio, e beneficio da Ley da Avoenga.”; “**LXXXIII** – Do Privilegio dado ao Judeo, que se trona Chrisptaaõ”; “**CVIII** – Que os Mouros nom gouvam dos Privilegios, per que os Chrisptaaõs, como visinhos dos Lugares som izentos de pagarem portageens, e outras custumageens”; “**CX** – Do Privilegio dado aos Mouros, que se tornem Chrisptaaõs”; “**CXXII** – Do Privilegio dado aos Rendeiros das rendas d’ElRey nosso Senhor”.

⁴⁰ “**III** – Dos que podem trazer feus Contendores aa Corte per razão de feus Privilegios”; “**XVI** – Dos Privilegiados, a que per noffos Privilegios faõ dados certos Juizes, perante que hajaõ de responder”; “**XXXIII** – Dos que tem privilegios pera citarem feus cõtẽmtores á Corte, que os nam poffaõ citar fem mandado especial d’ElRey”; e “**CXXIII** – Que Privilegiados per Carta d’ElRey no fejam efcuzados pera ferem Titores”.

do Regno"⁴¹, possuem o privilégio de levar seus contrincantes para serem julgados na corte do rei de Portugal. Eles ocupam ofícios diversos, como de chanceler-mor, falcoeiro-mor, copeiro-mor, desembargador, oficial de justiça, escrivão, entre outros. A menção a estes personagens pode causar estranhamento ao leitor comum, acostumado, por exemplo, com a imagem de uma Idade Média que é passada pelo cinema e pelos livros didáticos, como é o caso dos falcoeiros e dos copeiros, enquanto outros lhe parecerão familiares.

Mas o referido título apresenta ainda outros “estranhos” sujeitos privilegiados:

E achamos per as ditas Hordenações que o Órfaão, e Veuva, ou peffoas miferaveis tem Privilegio, ainda que seja Autores, de efcolherem por feu Juiz o Corregedor da Corte, ou Juizes Ordinarios, ou fobre-Juizes da Casa do Civel, qual eles ante quiserem.⁴²

Portanto, órfãos, viúvas e pessoas miseráveis também possuem esse mesmo privilégio. Uma informação inesperada, sobretudo porque a historiografia costuma difundir que apenas nobres, membros do clero e detentores de altos cargos são privilegiados.

As categorias citadas conformam diferentes realidades sociopolíticas: desembargadores, oficiais de justiça, falcoeiros-mores, viúvas, etc. Neste apartado, elas não aparecem em suas dimensões individuais. Isto não se explica apenas porque as Ordenações eram leis gerais do reino. No medievo é difícil falar em um sujeito de direito "individual", tal como existe na legislação atual. Desta forma, só é possível entender como funcionam os privilégios na lei se compreendermos, à partida, que a identidade jurídica das pessoas não era construída em chave individual. As pessoas encaixam-se em grupos sociais e possuem os direitos e deveres condizentes às categorias a que pertencem. Nasceram com estatutos sociais diferenciados e, para que a estrutura social funcione, tornam necessária uma ordem, uma hierarquia. Nela, cada pequena parte desempenha uma função social única dentro do todo, com direitos e deveres condizentes com a categoria a que pertencem. Os privilégios fazem jus à natureza de cada categoria privilegiada, consolidando-se em direitos adquiridos.

Mas por que devem ser privilegiados? Falcoeiros e copeiros fazem parte do quadro de ofícios palatinos, e as pessoas que ocupam estas posições prestam serviço ao rei ou ao príncipe. A falcoaria era uma arte muito apreciada no período medieval, época em que caçar era uma atividade primordial, além de ser também uma arte nobre. O falcão era

⁴¹ *Ordenações Afonsinas... Op. Cit.*, vol. III, p.15.

⁴² *Ibidem*, p. 16

considerado como um símbolo da própria nobreza. O falcoeiro-mor, portanto, coordenava toda a falcoaria (composta de outros falcoeiros a seu serviço) exercendo uma função "nobre". Ele fazia parte de uma *militia inerme*⁴³, assim como o copeiro-mor, que coordenava toda a copa, mantendo a ordem naquele pedaço do palácio; um ofício palatino essencial.

Devido à sua peculiaridade, o caso das viúvas, órfãos e pessoas miseráveis merece um pouco mais de atenção. Para o caso das viúvas, devemos lembrar que a estrutura familiar medieval é patriarcal, ou seja, gira em torno do homem da casa. A lógica das Ordenações sublinha o fato de que essas pessoas e suas casas teriam perdido o *pater familias*. Nessa situação, recebem proteção do monarca, pois as mulheres eram consideradas "naturalmente ignorantes, como os meninos e rústicos, não sendo de presumir que conheçam o direito"⁴⁴. Embora existam viúvas das ordens superiores que, pela própria lógica hierárquica da sociedade, não se encaixavam nessa situação de inferioridade da condição da mulher, esta era uma visão bastante difundida na sociedade medieval ibérica. No caso das Ordenações, devido a seu caráter jurídico, a mulher e, por conseguinte, a viúva são consideradas numa dimensão modelar.

Os órfãos conformam um caso de menoridade que requer a proteção régia. O menor não pode exercer seus direitos plenamente por não ter, segundo a lógica medieval, as capacidades da razão completamente desenvolvidas. As crianças e os adolescentes eram considerados incapazes enquanto possuísem o estatuto de menores. A mudança desta perspectiva requer a alteração física do corpo e a demonstração da capacidade de exercer a razão de forma completa. Os menores precisam de tutores adultos aptos para julgarem o que é apropriado, papel que é comumente desempenhado pelos pais. O órfão menor, nesse mesmo sentido, possui tutores outorgados pelos juízes dos órfãos, ou até mesmo nomeados pelos seus pais em testamento. A atribuição de tutores é uma tarefa delicada que, por vezes, demora. O monarca exerce, portanto, o papel de protetor, pois a proteção aos menores do reino faz parte da jurisdição régia.

Nesse sentido, o título cento e vinte quatro trata dos privilegiados por carta do rei que se escusavam do papel de tutores. Este tipo de regulação é necessária porque:

muitos Orfaões fão lançados a perdiçam, afsy das pessoas, como dos beens que lher ficaram, per mingua de guarda, e que quando lhes queredes dae alguns Titores, ou Curadores, e para ello fam citados, alguuns aleguaõ perante vós que fão Efcudeiros, e

⁴³ HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias*. São Paulo: Editora Annablume, 2010, p. 266.

⁴⁴ *Ibidem*, p.112.

Vaffalos, e Befteiros do Conto, e de Cavallo, e outros aleguam privilegios que fam dados per Nós em que he contheudo, que nam sejam cofrangidos pera ferem Titores nem, Curadores⁴⁵

Ainda primando pelo bem-estar dos órfãos, privilegiados não podem alegar que não serão tutores em razão de seus privilégios. Desta maneira, o rei revoga os ditos privilégios para que os órfãos não sejam prejudicados, de modo que uma parte da sociedade não impeça a outra de funcionar corretamente.

Dentro deste mesmo esquema de pensamento, as pessoas miseráveis, a que se refere o título quatro, também são consideradas menores. Não têm quem zele por elas ou até mesmo quem as auxilie a sair de seu estado de miséria. São incapazes de se valerem. Pela misericórdia real, o monarca mostra seu caráter magnânimo de liberalidade e presta auxílio a estas pessoas. "A *misericórdia* é um tipo especial de graça suscitado pela tristeza que nos causa a situação daqueles (...) a quem a fortuna (...) tirou seus direitos (o seu lugar natural na ordem)"⁴⁶.

Mesmo os oficiais privilegiados recebem seus privilégios em razão do lugar que ocupam naquela sociedade e do serviço que prestam à coroa. Justifica-se

(...) por [sua] grande acupação do ferviço, que nos fazem continuadamente nos ditos Officios, de que nam podem ser efcufados em algum tempo. E fe cada huum dos fobreditos ouuer contenda com alguũ outro de femelhante condição, fempre litigaraõ em todo cafo perante o Corregedor da Corte, porque de taes peffoas elle deve fer sempre o Juiz.⁴⁷

Eles prestam um serviço tão essencial à corte que não podem dela se ausentar. Portanto, nada mais justo do que permitir que eles tragam suas contendas para serem julgadas nesse espaço (foro). Além de tudo, o juiz a quem eles devem submeter seus conflitos jurídicos é o próprio corregedor da corte, pois, de acordo com a natureza de seus ofícios, é ele o juiz de seus casos. Os oficiais têm benefícios em razão da natureza das próprias dignidades régias, que lhes são delegadas pelo monarca. Mesmo possuindo natureza nobre, foi por mercê do rei que eles se tornaram privilegiados, de modo que devem responder à corte sempre que demandados.

⁴⁵ *Ordenações Afonsinas... Op. Cit.*, vol. III, p. 445.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 273.

⁴⁷ *Ordenações Afonsinas... Op. Cit.*, vol. III p. 16.

Ter privilégios não dá à pessoa somente direitos, implica também em deveres. Desta maneira, a lei regula a obrigação dos privilegiados de comparecer à corte quando demandados.

E efte foi affi ufado antiguamente, porque o Privilegio do foro outorguado per Nós a alguum fe não entende em Nós, nem exime effe privilegiado da noffa jurdição, e bem affi do dito Corregedor, que em noffo nome, e per Nós principalmente conhece deffes feitos.⁴⁸

Todos que estejam sob jurisdição do monarca devem responder, independentemente de serem

a faber, Concelhos, Juizes, Alguazis, (a) que faõ em logo de Juizes, * Alcaldes (b)*, Ricos Homens, Ricas Dónas, Mefres da Ordem da Cavalaria, affi como do Temple, e d'Aviz, e d'Ocles, e do Efprital, e Ordem de S. Bento, e Tabaliaës (...) peffoas, pofto que grandes, e poderosas foffem, e Jurdição ouvessem (...)⁴⁹

A lei não somente garante privilégios, mas regula aqueles que já existem. Este tipo de regulamentação torna-se necessário devido ao mau uso dos privilégios por algumas pessoas, pois:

Igual rezam he, que fe privilegios alguũs são outorguados, e nam ufam delles, como devem, que os perquam. Porem Nos Dom Affonfo pela Graça de DEOS Rey de Portugal, e do Algarve comcirando como Ley e cuftume he em nossos Regnos, que alguãs peffoas da noffa mercee ajam privilegio de citarem a noffa Corte aquelles, contra que demanda emtendem aver; e porque alguũs deftees, que tal privilegio ham, maliciofamente, e como nam devem, uzão delle, chamando muitos aa noffa Corte pera os derramcar; (...)⁵⁰

A lei também aponta os maus usos dos privilégios. O título dezesseis ordena que oficiais régios, ao citar seus contendores fora da comarca em que estão assentados, primeiramente submetam o caso à coroa. O motivo: "(...) cá não parece cousa refoada, que por pequena cousa tragua seu Comtentor de longua terra á Corte, maiormête fendo homem pobre,

⁴⁸ *Ibidem*, p. 69.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 23.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 149.

e de muito pequena condiçam".⁵¹ Tal acontece também em situações onde o oficial deseja citar outros privilegiados, assim como, viúvas, órfãos e pessoas miseráveis. Isto se dá devido à equivalência dos privilégios concedidos aos oficiais e aos órfãos, viúvas e pessoas miseráveis. Neste caso, o quarto título determina que o rei decidirá qual das partes poderá utilizar sua "lei privada".

Percebe-se, então, que os privilégios não recaem sobre indivíduos, mas sobre ofícios (e, por tabela, sobre seus ocupantes), sobre nobres, sobre viúvas, etc. Categorias que merecem tais benefícios. São pequenas células do tecido social que para desempenhar sua função no todo precisam dos privilégios que lhes são concedidos. Devido ao frágil equilíbrio deste tipo de sociedade, a qual tenta resolver seus conflitos por mediação da cabeça política, o uso dos privilégios exige um controle mais apertado. Esta não é uma tentativa de abolir ou retirar benefícios, mas de detalhar as condições em que os privilegiados podem usá-los, para que não alterem a harmonia do corpo.

Para além das diferentes categorias que recebem privilégios, registram-se ainda algumas jurisdições como privilegiadas. Também no quarto título, podemos verificar que os feitos de almotaçaria "fão privilegiados, e fempre devem fer tratados perante os Almotaces dos lugares, honde o cafo acontecer, fem embargo de nenhuũ privilegio, que em contrario poffa fer aleguado"⁵². Neste caso, a palavra "privilegiado" ganha a conotação de "prioridade" na hierarquia jurídica sem perder o sentido de "dom" natural.

A almotaçaria é uma instituição com a qual a contemporaneidade não está familiarizada. É uma palavra/realidade oriunda do universo medieval ibérico, com raízes árabes como denota o próprio nome. Suas funções abarcam o mundo urbano, ou seja, à almotaçaria cabe o controle do mercado, das condições sanitárias e das estruturas edificadas. Desta maneira, sua jurisdição não se consolida nem como competência do rei nem como atribuição do *óikos* (universo doméstico). A almotaçaria resolve problemas imediatos do urbano e por este motivo tem grande importância. Ela regula a ordem de uma das células essenciais do reino, mantendo a coesão social do universo da *urbe*, pelo que é importante que o réu seja julgado no lugar onde cometeu o crime ou onde foi acusado.

A aplicação das penas e coimas devem ser desembargadas pelos almotacés, e a apelação de sentença para feitos de almotaçaria serão levadas aos juízes ordinários. Em casos extremos, tais como penas de morte e perda dos bens, pode-se apelar ao monarca:

⁵¹ *Ibidem*, p. 151.

⁵² *Ibidem*, p. 18.

E não tolhemos porem a Nós poder para mandarmos em todo cafo per fimples querella trazer perante Nós per noffo efpecial mandado qualquer feito, ainda que feja d'Almotaçaria, quando entendermos, que he noffo ferviço; porque achâmos polas Ordenações antiguas, que afsy foi dantiguamente hordenado polos Reyx, que ante Nós foraõ, e ufado atéo prefente.⁵³

A dinâmica do poder régio é delicada; ao mesmo tempo em que delega funções, deve ser capaz de resolver contendas entre seus vassalos e súditos. O monarca precisa ter moral suficiente para que estes respondam perante si em caso de contendas. Desta forma, ele contempla resolver casos pertencentes a jurisdições privilegiadas. Ao primar pela coesão do tecido social, o rei toma medidas para que, caso precise exercer sua função de árbitro supremo, tenha poder para tal. Porque

conviene á los reyes que han à tener et guardar sus pueblos en paz et iusticia, que faga leyes e posturas e fueros; por que el desacuerdo que han los hombres naturalmiente entre si, se acuerde por fuerza de derecho; asi que los buenos vivan bien et en paz, et los malos sean escarmentado de sus maldades.⁵⁴

O equilíbrio político da sociedade ibérica medieval demanda uma relação cuidadosa entre monarca e vassalos, da mesma maneira que funciona com base na concorrência entre diversas jurisdições. Uma sociedade de cunho corporativo não é pacífica, mas, sim, equilibrada pelas contendas que lhe são inerentes e em suas resoluções, seja com a intervenção do monarca seja por meio das alianças entre os vassalos. A lei, em seu caráter auxiliar, funciona como mais um dos instrumentos que ele pode utilizar para manter a paz.

Ao mesmo tempo, de acordo com seus lugares na hierarquia, cada um dos grupos sociais ganha direitos de acordo com suas necessidades. Seus privilégios são adquiridos em razão de seus papéis na sociedade e, ao contrário do que se pensa hoje, não vão contra o direito comum. Unem-se a ele, de maneira que possam defender-se de qualquer constrangimento. No título quarenta e três do segundo livro, que versa sobre o privilégio de isenção dos moradores de terras coutadas, as *Ordenações* apresentam ainda uma outra possibilidade: "dito privilegio no foamente lhe he dado per Nós, mais ainda lhe he outorgado,

⁵³ *Ibidem*, p. 18-19.

⁵⁴ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas...* Op. Cit., vol. 1, p. 2-3.

e incorporado affy em Direito Cõmuum, como nas Leyx do Regno, e Foraaes antigos dados pelos Reyx"⁵⁵.

Assim, verificamos que nesses dois códices, os privilégios podem ser entendidos como direito adquirido, como preeminência em determinadas situações, e em momento algum vão contra o direito comum. São ainda um instrumento que pode ser utilizado para organizar a estrutura social ou defender seus possuidores. Isso acontece devido à lógica diferenciada em que funciona a sociedade ibérica medieval, pois ela lida com a legislação de uma maneira diferente da nossa lógica contemporânea.

Ao mesmo tempo, todos os títulos que tratam de privilégios nos dois códices não abordam os direitos dos nobres, do monarca ou até mesmo do clero. Segundo a definição de privilégio nas *Partidas*, estas leis apartadas são feitas “señaladamente por honra e por pro de algunos homes ó lugares, et non por todos comunalmente”⁵⁶. Todos os grupos comumente classificados como privilegiados são aqueles cuja honra é sabida desde o início. Não é adquirida como a de oficiais (que recebem direitos em razão de seus ofícios) e viúvas (que possuem direitos devido à morte de seus maridos), ou até mesmo passageiras como as de órfãos e pessoas miseráveis. Mas as pessoas poderosas possuem leis próprias apartadas, pois, por exemplo, a segunda Partida trata apenas de normas específicas ao monarca e muitos outros títulos garantem deveres e direitos para o clero e para os nobres das mais variadas estirpes. A honra é um fator essencial para se receber um privilégio e um dos fatores motrizes de toda a legislação. Assim, para alcançarmos uma boa compreensão é preciso ir além dos títulos que apresentam a palavra de forma explícita e adentrar no universo das pessoas honradas.

⁵⁵ *Ordenações Afonsinas... Op. Cit.*, vol. II, p. 307.

⁵⁶ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas... Op. Cit.*, vol. 1, p. 371.

CAPÍTULO III

O Privilégio e a honra

"entre todos os martyrios que ha nessa vida, he a honra o mais sensível de todos"

OLIVEIRA, Luis da Silva Pereira. *Privilegios da nobreza e da fidalguia de Portugal*.

No topo da hierarquia social, na Idade Média, localizam-se os estados privilegiados: a nobreza (na qual se inclui o monarca) e o clero. Apesar de ser esta uma ideia amplamente divulgada pela historiografia, devemos dizer que, nos dois *corpora* que embasaram esta monografia, não encontramos leis em cujos títulos a palavra privilégio aparecesse associada a essas categorias. Isso não significa que tais pessoas não fossem privilegiadas, mas indica que eram vistas de uma forma diferente daquelas cujos privilégios precisam ser delimitados por lei. Através de ampla análise do conteúdo das *Siete Partidas* e das *Ordenações Afonsinas* é possível encontrar uma série de leis específicas sobre o monarca, a rainha, os infantes, o clero e os fidalgos. Um direito privativo que não se explicita como tal ao integrar o corpo geral das leis e cujo alvo são pessoas naturalmente poderosas e honradas.

Uma das principais funções da lei, segundo as *Partidas*, é garantir a proteção tanto da alma quanto do corpo. A alma é salva pelo devido louvor, temor e honra a Deus e o corpo é amparado por lei "contra aquellos que deshonra ó fuerza le quisieren facer"⁵⁷. Todo o direito comum existe para impedir que a sociedade se destrua em conflitos internos, "porque los homes non podrien vevir entre sí en concordia et en paz, si todos non usasen dél; ca por tal derecho como este cada un home conosco lo suyo apartadamente, et son departidos los campos et los términos de las villas"⁵⁸. Ou seja, a lei existe para garantir a manutenção da paz entre os homens, assim como para proteger sua honra.

Mas o que quer dizer honra no contexto das *Ordenações Afonsinas* e das *Siete Partidas*? Ali não se define o significado desta palavra, mas identificamos dois sentidos possíveis. O primeiro, mais presente no texto das *Partidas*, diz respeito ao aspecto mais abstrato da palavra, no caso o "sentimento de dignidade própria que leva o indivíduo a merecer e manter a consideração geral"⁵⁹ e uma virtude por natureza. O segundo, mais palpável e bastante utilizado nas *Ordenações Afonsinas*, diz respeito a privilégios ganhos em

⁵⁷ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas...* Op. Cit., vol. 1, p. 12.

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa...* Op. Cit., p. 732.

forma de títulos, terras e jurisdições. O historiador português, José Mattoso, aborda com maior frequência e com cuidado esta segunda significação, ao utilizar o termo *honor*, o qual ele define como função pública⁶⁰.

Em ambos os casos, a palavra se encontra intimamente ligada à ideia de privilégio, ou seja, funcionaria também como mecanismo de estruturação e hierarquização da sociedade. Numa dimensão modelar, essas pessoas se entendiam como partes de um corpo onde desempenhavam um papel essencial em seu funcionamento correto, independentemente do grau de importância política dentro dele. A ideia de ordem é essencial nesse imaginário político e jurídico medievais, onde desempenha um papel estruturante análogo à narrativa bíblica da Criação, na qual Deus aparece dando ordem às coisas⁶¹. As *Ordenações Afonsinas* expressam essa importância com clareza na seguinte passagem:

Quando Noffo Senhor DEOS fez as Creaturas affy razoavees, como aquellas, que carecem de razom, nom quiz que todas foffem iguaees, mas eftabelleceo, e hordenou cada huuã em fua virtude, e poderio departidas, fegundo o graao, em que as pos: bem affy os Reyx, que em logo de DEOS na Terra fom poftos para reger, e governar o Povoo nas obras, que ham de fazer, affy da Juftiça, como de graças, ou mercees, devem feguir o enxemplo daquello, que ele fez, e hordenou, dando, e deftribuindo nom a todos per huã guifa, mais a cada huũ apartadamente, fegundo o graao, e condiçom, e eftado, de que for.⁶²

Assim, existe uma justificativa político-religiosa para a criação de leis apartadas. Cada um deve receber aquilo que lhe é de direito de acordo com seu grau, condição e estado, da mesma maneira que Deus hierarquizou seus anjos no céu. A honra parece ser um conceito importante para a feitura das leis medievais na Península ibérica, da qual deriva uma série de deveres e privilégios. A lei a protege, pois "ser honrado é respeitar a verdade das coisas e esta era a sua natureza mais profunda, à qual deveria corresponder sua aparência. (...) Assim, o nobre não devia se comportar como um plebeu se quer manter sua honra"⁶³. Respeitar a ordem e a lei faz parte de ser honrado, algo que corrobora o objetivo de qualquer documento jurídico: a manutenção da ordem

O privilégio é uma característica daqueles que são honrados e vice e versa. Esta honra para a maioria das categorias privilegiadas existe desde o nascimento, geralmente transmitida por sangue e de acordo com a vontade divina. Ela faz com que eles sejam

⁶⁰ MATTOSO, José. *Identificação de um país...* Op. Cit., p. 218

⁶¹ HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias...* Op. Cit., p. 47-48

⁶² *Ordenações Afonsinas...* Op. Cit., vol. II, p. 293.

⁶³ HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias...* Op. Cit., p. 50

naturalmente entendidos como privilegiados, assim como personagens modelares na sociedade. Este é o caso dos monarcas “en la muy grant honra que [Deus] les él face queriendo que sean llamados reyes”⁶⁴ ou dos fidalgos (filhos d’algo), cujo próprio nome já denota a existência de uma linhagem, assim como o do clero que executava um serviço indispensável a Deus no auxílio à salvação das almas dos homens, uma tarefa nobre por natureza. “O privilégio, o direito particular (*quasi privata lex*), era o meio pelo qual o príncipe afastava a regra geral, adaptando a norma às diferentes pessoas (*privilegia personalia*) ou coisas (*privilegia realia*)”⁶⁵. Na especificidade, adota-se a lógica do particular, e a resolução deve seguir a natureza das coisas. “No plano do direito, as diferenças entre pessoas eram traduzidas pelas noções de ‘estado’ e de ‘privilégio’, ou direito particular”⁶⁶.

A regulação de limites e privilégios ocorre para tentar manter o equilíbrio do corpo e de sua balança de poderes, de modo que os privilegiados não interfiram na manutenção da justiça, além de possibilitar que eles cumpram os deveres sem constrangimentos. Tentando dialogar com estas duas necessidades, é possível encontrar nos dois códigos limitações e benesses para os privilegiados. Assim, da mesma maneira que as Ordenações determinam que cavaleiros não devem ser expostos a penas corporais devido a suas honras, também tentam impedir que os privilegiados fujam da justiça comum ao determinar que todas as pessoas podem ser citadas perante os sobre-juizes da Casa do Cível e o corregedor da corte. Devido à ausência desta especificação em leis anteriores às *Afonsinas*, “Concelhos, Juizes, Alguazis, que fão em logo de Juizes, Ricas Dónas, Mefress da Ordem da Cavalaria, affi como do Temple, e d’Aviz, e d’Ocles, e do Efprital, e Ordem de S. Bento, e Tabaliães fobre feitos de Efcrypturas, ou fe naõ ufaõ de feus Officios”⁶⁷ tentavam se esquivar das citações em razão de suas posições privilegiadas ou de suas reputações como figuras poderosas. Eles têm obrigações a cumprir, inclusive o dever de se portarem de forma exemplar. Muitas dessas pessoas escapavam, alegando que a vergonha e o constrangimento que passariam caso respondessem a processos judiciais era algo incompatível com o estado ao qual pertenciam, o que tornava mais fácil alegar que eles não podiam ser citados em razão do lugar que ocupavam na sociedade.

A reputação e a imagem são dois elementos essenciais para a manutenção da honra. Em um momento onde a opinião pública determina aquilo que se estabelece como verdade, a

⁶⁴ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas...* Op. Cit., vol. 1, p. 2

⁶⁵ HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias...* Op. Cit., p. 60.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 58.

⁶⁷ *Ordenações Afonsinas...* Op. Cit., vol. III, p. 23

vestimenta e o comportamento tornam-se fatores de diferenciação hierárquica de grande importância. A lei estipula comportamentos que são adequados ou inadequados a cada estado, como no caso dos cavaleiros, no título LXIII do primeiro livro das *Ordenações Afonsinas*. Aqueles que eram “filhos-dalgo”, por consequência homens de bem, deviam manter o compromisso de fazerem bem o serviço de cavaleiro. Do contrário, cairiam em vergonha o que não era desejável devido às suas “famas” e às de seus antepassados. Os cavaleiros deveriam ser habilidosos no campo de batalha, saber guerrear, conhecer os costumes, bondades e manhas (“gentileza” de caráter atribuída às pessoas de nobreza intrínseca); e, de preferência⁶⁸, serem de linhagem comprovada até o quarto grau. O “filho d’algo” ganha sua honra “(...) per herança, e por ende fom mais theudos de fazer bem, e guardar-se de erro, e de maa eftança, ça nom fomite quando recebem dampno, e vergonça elles meefmos fom enfamados, mais aqueles donde elles vem, e decendem”⁶⁹.

Mesmo os cavaleiros pertencentes à nobreza menor possuem um código de conduta estrito. Em suma, segue-se a seguinte lógica: “nom a pode a peffoa haver [a honra da cavalaria], fe ella nom for tal, que a mereça por linhagem, por fifo, ou por bondade alguã, que haja em fy”⁷⁰. Até mesmo a “limpidooem” destas pessoas é vista como algo modelar, pois devem se apresentar da maneira mais honrada possível e a limpeza não somente física, mas de costumes e vontades, faz parte da imagem da cavalaria.

Para os grandes senhores, monarca e imperador, as *Partidas* dedicam-lhes uma seção completa, apenas para regular seus comportamentos e delimitar aquilo que eles podem ou não fazer. Assim, os “grandes et honrados señores que non son emperadores nin reyes”⁷¹ são príncipes, duques, condes, marqueses, viscondes... Todos eles “han honra de señorio por herdamiento”⁷², onde suas tarefas consistem em fazer justiça sobre tudo aquilo que tiverem senhorio e de acordo com os privilégios que receberam do rei ou imperador. Os privilégios podem servir como um padrão limitador do que estas pessoas estão habilitadas a fazer ou não, da mesma maneira que garantem o poder delas sobre suas terras “honradas” e sobre qualquer um que esteja sob sua jurisdição. Para tanto, o rei precisa “que hobiese en su corte homes

⁶⁸ “De preferência” devido ao fato de a lei abrir espaço para os que possuíam conhecimento de guerra e dos “costumes, bondades e manhas” ganharem título de nobreza. Porém estes não eram tão bem vistos quanto os nobres de linhagem, pelo que se subentende da leitura do documento.

⁶⁹ *Ordenações Afonsinas... Op. Cit.*, vol. 1, p. 364.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 368.

⁷¹ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas... Op. Cit.*, vol. 2, p. 12.

⁷² *Idem*.

honrados de que se servicien, et de que se envergoñasen las gentes et toviesen sus lugares en aquellas cosas que ellos hobiesen de veer por mandado dellos”⁷³.

A situação do monarca ou imperador é ainda mais delicada, pois são as “mas nobles personas en honra et en poder que todas las otras para mantener et guardar las tierras en justicia”⁷⁴, assim como são “comenzamiento et cabeza de lo otros”⁷⁵. Seus poderes são provenientes de Deus, pois foi ele quem lhes concedeu a dignidade nobre e honrada de exercerem autoridade sobre um reino ou império. Eles não devem responder perante ninguém, a não ser “al papa en las cosas espirituales”⁷⁶. O rei é retratado como cabeça, uma natureza corporativa que perpassa as *Partidas*. Sua existência não constitui uma tentativa de minar a autonomia de cada corpo social, mas sim de representar esta unidade e “manter a harmonia entre todos os membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é de próprio”⁷⁷.

O monarca reúne, em si, diversas identidades, como demonstrou Ernst Kantorovic, em seu livro, “The King’s Two Bodies”⁷⁸. O rei possuiria um corpo humano (a pessoa humana e mortal que desempenha a função régia), assim como um corpo político (uma entidade que passa a complementar o corpo humano real assim que a dignidade monárquica é sacramentada nele). É através deste tipo de imagem política que ele pode aparecer como o juiz supremo de todas as contendas, como um taumaturgo que realiza curas e milagres sobre seu povo e como um tirano que deve ser destronado. A própria linhagem pode ser indicada como um desejo de que Deus queria que ele obtivesse a honra régia. Como um modelo para a sociedade, ele deve se vestir e se portar de acordo com o que é requerido de um rei. Não é para menos, que a lei VII, do Primeiro Título da Segunda Partida, explica que

Todas las cosas que son vivas traen consigo naturalmente todo lo que han mester et que les conviente, et non han mestres que otri gelo acaree dotra parte. Ca si son de vestir, ellas se son vestidas de suyo sé, las unas de peñolas et las otras de cabellos, et las otras de cuero, et las otras de escamas et de conchas, cada una dellas segunt su natura, porque non han mester que texan para seer vestidas. (...) Et tiene el rey lugar de Dios para facer justicia e derecho en el reyno en que es señor(...).⁷⁹

⁷³ *Ibidem*, p. 13.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 3.

⁷⁵ *Idem*.

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan...* Op. Cit., p. 300.

⁷⁸ KANTOROWICZ, Ernst H.. *The King’s Two Bodies*. New Jersey: Princeton University Press, 1997, 7th paperback edition.

⁷⁹ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas...* Op. Cit., vol. 2, p. 8-9

O privilégio aparece assim como uma área específica no direito medieval, tal como apontado por Hespanha, ao utilizar a expressão “direito privado” para lhe fazer referência. Ele se faz necessário para ordenar as diferenças naturais e institucionalizá-las como regras que possam ajudar na aplicação das leis. Desta maneira, ser privilegiado não significa ficar impune ou poder fazer o que se quiser. Embora os honrados e privilegiados tivessem um espaço de ação mais amplo nesta sociedade tinham padrões comportamentais e de reputação a respeitar. Não respeitá-los significa correr o risco de ser banido do grupo dos honrados para enfrentar a vergonha de seus atos. Qualquer ato que não condissesse com o estado daquele que o cometesse, arriscava a perda dos privilégios, o que dependia do lugar na hierarquia que esta pessoa ocupava. Um exemplo disso, é a suspensão dos juízes, durante a averiguação de crimes, como pode ser visto nas *Ordenações*⁸⁰. Da mesma forma, os monarcas que tomarem o poder à força podem ser considerados tiranos, segundo as *Partidas*⁸¹.

Assim, podemos entender que o privilégio não é apenas um instrumento político para reafirmar a superioridade na hierarquia social, mas consiste em um direito avulso que deve ser tratado com todas as suas peculiaridades: o direito privado ou particular. A palavra aparece nos mais diversos contextos, seja para denotar a preeminência de algo/alguém, ou alguma característica/direito intrínseco a um estado, ou até mesmo para indicar a posse da honra (seja ela terra ou a virtude abstrata) e um comportamento específico a ser obedecido. Na legislação ele aparece em sua forma ideal, o que muitas vezes distancia-se da maneira como os privilégios são vividos. Todavia, o direito surge para responder a necessidades práticas, muitas vezes imediatas, além de fazer parte da cultura política.

⁸⁰ *Ordenações Afonsinas... Op. Cit.*, vol. III, p. 30.

⁸¹ LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *Siete Partidas... Op. Cit.*, vol. 2, p. 11.

Conclusão

Durante o breve exercício de História que pretendemos realizar com esta monografia, pudemos entender que o privilégio, para além das significações que comumente atribuímos a esta palavra, ao ser observado em textos/discursos produzidos na Idade Média ibérica se apresenta como um elemento político, social e jurídico de natureza organizadora. Ele aparece com bastante frequência em obras de diversos historiadores, sejam eles especialistas em história medieval ou não, mas são poucos os estudos que têm o privilégio como foco (mesmo quando há menções extensivas aos privilegiados) e/ou o analisam de forma mais complexa. Todavia, os estudiosos indicam - explicitamente ou não - a importância que os privilégios têm na estruturação da sociedade medieval.

Ao longo da monografia, o principal objetivo foi desconstruir o preconceito de observar o privilégio como uma lei feita especialmente para alguém, de modo a afrontar o direito comum. Trata-se de uma noção corriqueira na atualidade, pois este termo é sempre utilizado na legislação contemporânea para beneficiar um foro ou indivíduo de forma excepcional. Todavia, o direito medieval deve ser entendido por meio de lógicas distintas das nossas. A partir de uma nova perspectiva, torna-se possível descobrir outras acepções para o privilégio medieval.

O privilégio, como uma *privatus legium* (lei privada), deve ser entendido dentro de seu intrincado relacionamento com a lei medieval, como um todo. Além disso, a lógica dos *corpora* documentais analisados deve ser levada em consideração, no caso as *Ordenações Afonsinas* e as *Siete Partidas*. Longe de serem esforços jurídicos que visam à centralização do poder, eles revelam uma mentalidade jurídico-política que entende a sociedade de forma corporativa, algo que esperamos ter demonstrado no decorrer deste trabalho. Isto muda a compreensão que se tem comumente da cultura política medieval ibérica. Desta maneira, o privilégio, como qualidade hierarquizadora, também deve ser entendido como conceito através dessa chave. Sem ela, ficamos presos aos nobres e clérigos que usam de seus benefícios para minar o poder já centralizado na figura do monarca.

Verificamos que a legislação tanto garante privilégios quanto os regula e, por vezes, aparece com sentidos distintos. Assim, ela tanto pode significar um dom natural do *status* em que a pessoa se encontra, como pode demonstrar sua preeminência perante toda a sociedade. Também verificamos que ela pode se relacionar tanto com pessoas quanto com

jurisdições e lugares concretos (tais como as terras honradas). O privilégio pode decorrer tanto de uma nobreza intrínseca quanto de uma dignidade régia ou mesmo do nascimento em berço nobre, o que o transforma em uma qualidade que diferencia uma categoria das demais. Cada *status* social possui privilégios distintos que o definem e mesmo os miseráveis, como súditos do rei que não têm quem os valha, podem ser beneficiados com essa proteção. O privilégio não existe somente para os poderosos que comumente lhe são associados.

Ao mesmo tempo, o privilégio não é um mero capricho. Ele traz consigo obrigações, pois sua existência facilita aos seus beneficiados o cumprimento de suas funções sociais. É preciso comportar-se de forma condigna ao lugar que se ocupa no modelo social, sob pena de perdê-lo. Verificamos, ainda, que a honra é um fator crucial para tornar alguém em pessoa naturalmente detentora de privilégios, ao contrário daqueles a quem a lei garante a natureza de privilegiado. Desta maneira, a legislação não trata das leis privadas como exceções à regra. A lei faz delas uma área do direito de cunho específico: o direito privado. Em certos casos, encontramos até mesmo aspectos de privilégios que podem ser incorporados ao direito comum, o que não torna a lei privada como algo que contradiz a lei geral. Por este motivo, uma pesquisa sobre este tema não pode restringir-se à palavra privilégio, ou privilegiado. É necessário ver quais são as figuras a quem a lei determina a conduta apropriada a suas funções, tais como o rei, os nobres e o clero.

Acreditamos que devido à maneira como se tem focado o tema, a palavra privilégio no contexto medieval costuma ser entendida de maneira simplificada, ao passo que no discurso jurídico das Ordenações e das Partidas ela possui diversas facetas e parece ter grande importância para a compreensão da estrutura societária do medievo português e castelhano. Esta monografia pretendeu ser apenas um esboço dos significados e desdobramentos que este tema pode suscitar. Nele muitas outras questões podem ser colocadas, assim como se poderia estender o problema a outras fontes históricas. Acreditamos que a análise aqui feita serve como um indicativo das muitas possibilidades que o estudo dos privilégios/privilegiados pode proporcionar, para além daqueles honrados que sempre aparecem nos filmes, livros ou mesmo na historiografia.

Longe de questionar o mérito dos muitos trabalhos que anteriormente se referiram aos privilégios, esta monografia serviu como uma reflexão sobre as chaves de compreensão que utilizamos para a realidade medieval. O medievo, devido à distância temporal, possui lógicas que são muito complicadas de serem compreendidas hoje. Talvez o questionamento daquilo que damos por vencido possa iluminar ainda outros aspectos desta realidade tão

complexa, cujas delicadezas já foram trabalhadas por tantos historiadores extremamente capacitados.

REFERÊNCIAS

FONTES:

ORDENAÇÕES Afonsinas. Lisboa: Fundação Caluste Gulbekian, 1999

LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (org.). *SIETE Partidas*. Madrid: La Imprenta Real, 1807

BIBLIOGRAFIA:

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COELHO, Maria Filomena. *Justiça, norma, ordenamento e os manuscritos medievais da Península Ibérica*. In: FONSECA, C.; RIBEIRO, M. E. *Instituições, cultura e poder na Idade Média ibérica*. Brasília: PEM-UnB, 2007

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1972, 1ª edição

GARCIA, José Manuel. *História de Portugal: uma visão global*. Lisboa: Presença, 1983.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Afonso III*. Paris/Lisboa/Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Aillaud & Bertrand/Francisco Alves, 1915/ 1916.

HERNANDO, Máximo Diago. La cultura contractual en los médios urbanos castellanos a fines de la Edad Media: el resurgimiento de las cortes durante el período pre-comunero. In: FORONDA, François; MANCHADO, Ana Isabel Carrasco (orgs.). *El contrato político en la corona de Castilla: cultura y sociedad políticos entre los siglos X al XVI*. Madrid: Dickinson, 2008, p. 453 – 490.

HESPANHA, António Manuel. A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos séculos XVI a XVII. In: HESPANHA, António Manuel (dir.). *Revista Penélope: Fazer e desfazer a história*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993, nº 12.

_____. *Às vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. *Cultura Jurídica Europeia*. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2005.

_____. *Imbecilias*. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

KANTOROWICZ, Ernst H.. *The King's Two Bodies*. New Jersey: Princeton University Press, 1997, 7th paperback edition.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: Cultura política e Antropologia da Política*. In: *Revista de Estudos Históricos*. Vol. 13. nº 24. Rio de Janeiro, 1999.

MANCHADO, Ana Isabel Carrasco. *La cerimonia de obediencia régia: un pacto estamental?*. In: FORONDA, François; MANCHADO, Ana Isabel Carrasco (orgs.). *El contrato político em la corona de Castilla: cultura y sociedad políticos entre los siglos X al XVI*. Madrid: Dickinson, 2008, p. 491 – 514.

MARQUES, Antonio Henrique R de Oliveira. *Guia do estudante de historia medieval portuguesa*. Lisboa: Cosmos, 1964.

MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Estampa, 1998

MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Estampa, 1995, p.356.

MORENO, Eduardo Manzano. *Historia de España (Vol. II): Epocas Medievales*. Barcelona: Critica, 2010.

NASCIMENTO, Renata Cristina Sousa. Os privilégios e os Abusos da Nobreza em Portugal em um período de transição: O Reinado de D. Afonso V (1448-1481) - Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/RenataCristinadesousanascimento.pdf>> Acesso em: 10 maio 2013.

NIETO SORIA, José M. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XIV)*. Madri: Ed. Universidad, 1988

OLIVEIRA, Luis da Silva Pereira. *Privilegios da nobreza e da fidalguia de Portugal*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806, p. 2 Disponível em: <<http://books.google.com.br/books/reader?id=YXZPAAAcAAJ&hl=pt-BR&printsec=frontcover&output=reader&pg=GBS.PR3>>. Acesso em: 10 mai 2013.

SERRANO, César Oliveira. Los exiliados portugueses en la Castilla de los Trastámara: cultura contractual y conflicto dinástico. In: FORONDA, François; MANCHADO, Ana Isabel Carrasco (orgs.). *El contrato político em la corona de Castilla: cultura y sociedad políticos entre los siglos X al XVI*. Madrid: Dickinson, 2008, p.323 – 353.

SOUSA, António Sérgio de. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Gæssika Mayumi Nakandakari Reis, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado, Privilégio é lei: um estudo sobre o conceito de privilégio no discurso das *Siete Partidas* e das Ordenações Afonsinas (séc. XIII-XV), foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, idéias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Assinatura: _____